

**PARA AQUÉM DE *O ESCRAVO*: OS POEMAS DE JOSÉ EVARISTO
D'ALMEIDA**

**BELOW THE *O ESCRAVO*: THE POEMS OF JOSÉ EVARISTO
D'ALMEIDA**

Francisco Topa (Universidade do Porto)

RESUMO: O artigo estuda os dois poemas e o fragmento de poema publicados por José Evaristo d'Almeida, autor de *O Escravo* (1856), obra que é considerada o primeiro romance cabo-verdiano. Confirmando a fragilidade estética e técnica desses textos em verso, o autor mostra contudo o seu interesse para o conhecimento de aspetos até agora desconhecidos ou ignorados da vida de Evaristo d'Almeida e da fase de formação da literatura em Cabo Verde.

Palavras-chave: Cabo Verde, José Evaristo d'Almeida, poesia.

ABSTRACT: The paper studies the two poems and a fragment of poem published by José Evaristo d'Almeida, author of *O Escravo* (1856), the first novel of Cape Verde. Although ratifying the aesthetic and technical fragility of these texts in verse, the author shows their interest for the knowledge of aspects yet unknown or ignored of the life of Evaristo d'Almeida and of the formative stage of literature in Cape Verde.

Keywords: Cape Verde, José Evaristo d'Almeida, poetry.

Como é sabido, José Evaristo d'Almeida, para além do romance *O Escravo*, publicou, pelo menos, dois poemas e um fragmento de poema. Se a menor qualidade destas composições – sobretudo se postas em confronto com um texto ficcional a que tem sido atribuído o título de primeiro romance cabo-verdiano ou de temática cabo-verdiana – pode justificar a pouca atenção que lhes tem sido conferida, não justifica contudo que elas não tenham voltado a ser convenientemente estudadas. Será esse portanto o modesto objetivo deste trabalho.

O primeiro poema foi identificado por Manuel Veiga (1994) nas páginas do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde*: começado pelo verso “A ti, Bastos exímio, ati, que enches-te” é um texto de louvor ao Governador cessante, Francisco de Paula Bastos, e saiu no n.º 106 do *Boletim*, de 12 de julho de 1845.

Como é sabido, Francisco de Paula Bastos (*11-VI-1793 †2-IX-1881), Barão e Visconde de Bastos, foi governador de Cabo Verde entre 1842 e 1845. Segundo Afonso Eduardo Martins Zuquete (2000, II, p. 407), destacara-se nas batalhas da Guerra Peninsular, mas a sua adesão aos princípios liberais tinha determinado o seu afastamento do serviço. Apesar de reintegrado depois da morte de D. João VI, a restauração do governo absoluto leva-o a emigrar para Inglaterra, de onde passaria à Ilha Terceira. Fez parte das tropas desembarcadas no Mindelo e bateu-se no cerco do

Porto. Foi promovido a brigadeiro e, depois do regresso de Cabo Verde, foi governador de Elvas e comandante da 2.^a Divisão Militar e da 10.^a. Seria ainda promovido a marechal-de-campo, em 1860, servindo como ajudante-de-campo de D. Pedro V.

A festa que assinalou o final do seu governo em Cabo Verde é noticiada no número anterior do *Boletim Oficial*, de 5 de julho. O artigo dá conta de um baile realizado a 27 de junho, na Praia, na grande sala do quartel do Batalhão de Artilharia de 1.^a linha, uma iniciativa “(...) que os empregados Ecclesiasticos, Civis, e Militares desta Villa ofereceram a S. Ex.^a o Sr. Brigadeiro Francisco de Paula Bastos, ex-Governador Geral desta Provincia, em testemunho do apreço em que tinham os bons serviços por elle prestados durante o seu triennio, e a justa magoa e saudade pela sua ausencia.” (p. 419). Procurando destacar a solenidade dos festejos, o redator descreve o ambiente de modo pormenorizado:

(...) [a salla] se achava elegantemente ornada com bandeiras e outros troféos militares, em um dos quaes, que avultava no topo da salla, se achava um Escudo com as iniciaes F. P. B., coroadas com o capacete, e orladas com ramos de carvalho e oliveira.

Magico era o effeito que produziam as bandeiras das nações amigas ostentando as suas cores, abrihantadas pelo reflexo de um grande numero de vellas em castiças e serpentinas, e por dous magnificos lustres de bronze; e sobre estes grupos multicores se elevava magestosa e radiante como a Lua entre as estrellas a Bandeira Portugueza, com as Quinas, Padrão de gloria e de civilisação em campo bipartido de branco e azul, como para attestar a união intima do Throno e do Povo, união sem a qual não ha liberdade: e mais agradavel se tornava ainda este espectáculo pela multidão de senhoras, ornadas com gosto e luxo, e ostentando a louçania das galas d’envolta com a belleza e attractivos de seus rostos, e que formavam como um jardim de lindas flores. A entrada e frente do Quartel estavam elegantemente illuminadas (p. 419-420).

Mais à frente, acrescenta-se que foram recitadas “(...) diversas peças poeticas allusivas ao assumpto, como foram duas Odes pelo Sr. Capitão José Antonio Ferreira, uma Epistola do Sr. José Evaristo d’Almeida, que foi recitada por um seu amigo em consecuencia daquelle Sr. se achar na Ilha do Sal: e por ultimo, ao finalizar o Baile, o que teve logar pelas tres horas da madrugada, foi recitada por um dos circumstantes, com uma commoção que era a expressão fiel de seus sentimentos e dos de toda a Assembléa que applaudiu com um *bravo* unisono, a seguinte peça de versos, de que não publicamos o A. por assim no-lo pedir com instancia.” (p. 420). O *Boletim Oficial* apresenta de seguida o poema, começado pelo verso “É pois verdade, ó Bastos! que te ausentas?”. Formado por 57 decassílabos brancos, sem divisões estróficas, o texto não apresenta particular interesse, nem estético, nem informativo, embora não deixe de constituir um indicador da vida cultural e literária da colónia, ao findar a primeira metade de oitocentos. O sujeito exprime a sua incredulidade na partida do Governador, acentuando a falta que ele fará “Ao Povo, que de Pai te dava o nome” (v. 4). Mais à frente, recorrendo a imagens mitológicas convencionais, dá conta dos preparativos para o

início da viagem:

Adunco ferro, que o ceruleo reino
Foi devassar ousado, e das Nereíades
Os bandos tão fermosos viu cercarem
Amphitrite donosa, eis quasi a pique; (v. 29-32).

O texto termina com a expressão dos votos de feliz viagem formulados pelo povo e com a manifestação de esperança do sujeito na sobrevivência de “Lembranças tão queridas, e fagueiras” (v. 56).

Como ficou dito, a epístola de José Evaristo d’Almeida saiu no número seguinte, o 106, do *Boletim Oficial*, de 12 de julho de 1845. Tanto quanto julgo saber, o texto só voltou a ser publicado, por sinal com uma série de falhas¹, por Manuel Veiga. Com base nessa edição, Cláudia Almeida, na sua recente tese de mestrado (2009, p. 105-107), também reproduziu o poema, acrescentando mais alguns erros².

Iniciada pelo verso “A ti, Bastos exímio, ati, que encheste”, a composição é formada por 51 decassílabos brancos, repartidos por cinco estrofes irregulares. Como seria de esperar, o tom é encomiástico, como o revelam bem os adjetivos: “Bastos *exímio*” (v. 1), “*innumeráveis* bens” (v. 2), “governo *providente*” (v. 3), “*Sabias divinas leis*” (v. 9), “governo *feliz*” (v. 10), “*extremo affecto*” (v. 22), “Bastos *immortal*” (v. 33). Ao contrário do que talvez fosse de esperar, Evaristo d’Almeida justifica o elogio do governador cessante com o combate que ele terá promovido a alguns dos males habituais na administração ultramarina:

Fizeste baquear, cahir no inferno
A lisonja servil, a intriga infesta,
A tartarea e cruel venalidade,
O orgulho, o despotismo, e quantas furias
Raivosas pela terra se derramam; (v. 4-8).

¹ Na dedicatória, falta “Sr.” depois de “Exm.” e deveria estar “Bastos” em vez de “Basto” (erro que se repete nos v. 1, 33 e 34), faltando ainda um ponto no final; no v. 3, falta “com” depois de “que”; falta o v. 8 (“Raivosas pela terra se derramam;”); no v. 13, falta o ponto de exclamação a seguir ao segundo “ah” e a forma verbal é “possa” (e não “posso”); no v. 18, a preposição “de” a seguir a “hade” está a mais; no v. 20, a forma verbal é “possa” (e não “posso”); no v. 22, falta “de” antes de “ti”; no v. 29, devia haver um ponto de interrogação (e não de exclamação) antes das reticências; no v. 36, falta “em” depois de “que”; o v. 38 devia terminar com “podem” (e não “pode”), seguido de dois pontos; no v. 50, devia estar “rosas” (em lugar de “rosa”); no último verso, “Lyzia” devia estar com maiúscula inicial. Para além destas falhas, são visíveis ainda alguns desvios à grafia e à acentuação do original que se procura reproduzir.

² No original do *Boletim*, não vem o título “Epístola”; no v. 12, falta o ponto depois de “envia”; no v. 25, falta “o” a seguir a “Qual”; no v. 29, devia ser “o povo” (em vez de “um povo”); no v. 30, devia estar “havê-lo” (em lugar de “havê-los”); no final do v. 36, falta a vírgula; no final do v. 42, há uma vírgula; no v. 44, há um ponto depois de “filhos”; no v. 45, o original apresenta “hão de bradar” e não “hão debradar”. A autora corrigiu, nas suas várias ocorrências, a forma “Basto”.

Que a proclamação não era inócua nem meramente circunstancial, prova-o a reação de José Alexandre Pinto, Secretário-Geral da Administração anterior, presidida por João Fontes Pereira de Melo³. No n.º 108 do *Boletim Oficial*, de 27 de setembro desse mesmo ano de 1845, Pinto faz publicar uma carta em que solicita a Evaristo d’Almeida que esclareça se as expressões mais contundentes acima citadas devem ser lidas como referentes ao governo precedente:

Illustrissimo Senhor José Evaristo d’Almeida. = Praia dezeseis de Julho de mil oitocentos quarenta e cinco. = Uma das peças poeticas que aqui se recitaram, nos intervalos do baile dado pelos empregados publicos, ao Senhor Brigadeiro Bastos, foi a que em obsequio e louvor do mesmo Senhor ex-Governador Geral V. para esse fim dirigira ao Senhor José Maria de Sousa Monteiro, que assim o disse; e pareceu-me então quando ouvi a leitura que V. para realçar o elogio da administração que terminava, deprimia consideravelmente as administrações transactas; o que por certo me não podia ser indiferente, porque na epocha immediatamente anterior eu era, como V. sabe, o Secretario Geral do Governo em exercicio.

Mas os factos e a consciencia me faziam regeitar toda a ideia, que uma tão desagradavel impressão me podia causar; e avaliando como devia as intenções de V. guardei inteiro silencio, que esperava não ter de quebrar.

Havendo-se porém agora publicado, no Boletim Oficial do Governo de doze do corrente Numero cento e seis a sobredita peça poetica; tornando-se assim do dominio publico o avaliar as expressões de que V. nella usou, não posso nem devo permanecer indifferente a semelhante respeito; e por isso rogo a V. se sirva declarar mui explicitamente, se as referencias de = lisonja servil = intriga infesta = cruel venalidade = e outras semelhantes por V. empregadas, devem ou não reputar-se applicaveis á administração do Senhor Fontes, como a mais próxima daquella que segundo alli se lê, fizera baquear o já citado nas mencionadas referencias.

Não pediria certamente esta explicação necessaria, se não estivesse bem convencido de que ella se torna indispensavel, por muitas razões que fora ocioso mencionar; mas cumpre-me prevenir a V., que uma tal declaração deve ser feita com plena liberdade, precisão, e franqueza, porque só assim poderá avaliar-se devidamente. = De Vossa Senhoria Attento venerador Ob.º = (assignado) José Alexandre Pinto. (p. 431)

Antes de passarmos à resposta do futuro autor de *O Escravo*, convém sublinhar uma informação com algum interesse contida na carta de José Alexandre Pinto: o poema de Evaristo d’Almeida fora lido na festa de 27 de junho por José Maria de Sousa Monteiro⁴, à época Secretário do Governo-Geral de Cabo Verde, o que sugere, para além de uma relação próxima entre eles, algum tipo de concordância e de apoio da parte do segundo às posições veiculadas pelo autor do poema.

Imediatamente abaixo da carta de Pinto, o *Boletim Oficial* transcreve a resposta de Evaristo d’Almeida, datada do Sal, em que este, declarando embora não ter tido a intenção de visar em

³ Militar e político (*25-I-1780 †27-X-1856), o pai de António Maria tinha sido Governador de Cabo Verde entre 1839 e 1842, voltando a desempenhar o cargo de 1847 a 1851.

⁴ Cf. SILVA e ARANHA, Vols. V e XIII, p. 52-3 e 118-9. Nascido no Porto, a 25-III-1810, vivera no Rio de Janeiro entre 1828 e 1833, tendo passado também algum tempo em Cabo Verde. Em Maio de 1844, fora nomeado Secretário do Governo-Geral de Cabo Verde, vindo a ser demitido em 1846 e reintegrado pouco depois. Por razões de saúde, voltaria à metrópole no ano seguinte, sendo colocado na Secretaria da Marinha. Faleceu a 16-IX-1881, tendo sido redator e colaborador de diversos jornais políticos e literários. Publicou várias obras de tipo histórico, jurídico e político, sendo também autor de um *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar*, saído em 1850 e com várias reedições.

particular a administração anterior, não recua nos motivos que o levaram a elogiar o Governador Francisco de Paula Bastos, mantendo assim – com uma elegante coragem – a crítica aos males endêmicos da administração colonial:

Illustríssimo Senhor José Alexandre Pinto. = Ilha do Sal sete de Agosto de mil oitocentos quarenta e cinco. = Acabo de receber a carta de V. S.^a com a data de dezeseis do proximo passado, na qual me pede que declare se as expressões empregadas no primeiro paragrapho da minha epistola, dirigida ao Senhor Brigadeiro Bastos por occasião da sua saída desta Provincia, e que se acha publicada no Boletim Official numero cento e seis, devem ou não reputar-se applicaveis á administração do Senhor Fontes, na qual foi V. S.^a um dos primeiros funcionarios: ao que passo a responder, como me cumpre.

A lisonja, a intriga, e a venalidade não nasceram nesta Provincia durante a administração do Senhor Fontes, cujo governo foi em demasia justiceiro, pacifico, e tolerante; porém se não nasceram tambem com elle não findaram: e se de alguma maneira nessa epocha foram atenuadas as paixões que tanto prejuizo causaram á Provincia, não deixavam contudo de existir quando o Senhor Bastos chegou a este Archipelago; talvez pelo motivo, aliás bem forte, de ter sido pouco o tempo em que o Senhor Fontes o governou, para extinguir totalmente paixões, que quando chegou á Provincia estavam no seu auge.

Á vista do que levo dito já V. S.^a vê que as mencionadas expressões não se referem immediatamente á administração do Senhor Fontes, em cuja epocha eu igualmente exerci o logar que V. S.^a hoje occupa; e que estou intimamente convencido que foi ao Senhor Bastos que coube a gloria de exterminar totalmente, nesta Provincia, a lisonja, a intriga, e tudo quanto se acha mencionado no paragrapho primeiro da minha epistola.

Agradecendo a V. S.^a o ter-me impellido a esta declaração, pela qual me é permitido patentear a pureza dos meus sentimentos, e significar igualmente a quantos lerem a minha epistola, que as expressões nella exaradas são todas filhas do coração, e que a penna que a escreveu foi impellida tão somente pela amisade de accordo com a consciencia; agradecendo igualmente a justiça com que V. S.^a avalia as minhas intenções, resta-me assegurar a V. S.^a que desnecessaria era a recommendação que me faz no ultimo paragrapho da sua carta; por quanto, devendo V. S.^a ter conhecido, desde que me concedeu a sua amisade, que jámais minha boca profere o que o coração não sente, franca, livre, e precisa deveria V. S.^a esperar a minha declaração, quando a fizesse. = Permaneço de V. S.^a Amigo e obrigadissimo creado = (assignado) J. E. d'Almeida. (p. 431)

Antes de passarmos adiante, impõe-se a consideração, mesmo que breve, de uma questão que também se coloca no segundo texto e que parece revelar a fragilidade ‘técnica’ de José Evaristo como poeta: a métrica.

Cláudia Almeida estudou a questão na sua tese de mestrado, embora a sua análise apresente falhas – parte delas decorrente da errada fixação do texto, a que já me referi – e a conclusão seja mais do que discutível:

Pode-se constatar, portanto, que José Evaristo de Almeida tinha o domínio da técnica poética clássica e também romântica, vez que, se por um lado, revela que sabia fazer decassílabos heróicos perfeitamente, por outro, permite-se romper por vezes com tal métrica, para que o poema soe mais autêntico, como se tivesse sido criado por pura inspiração, sem qualquer medida, tal qual recomendava a estética romântica, ainda que sua proposta de poesia laudatória tenha sido concebida no espírito do neoclassicismo (ALMEIDA, 2009, p. 111)

Ao contrário do que sugere a investigadora, a métrica nunca foi impeditiva da autenticidade nem o romantismo viu nela nenhum tipo de obstáculo. Quanto ao poema de Evaristo

d’Almeida, basta uma leitura minimamente atenta para que se perceba que ele está composto em decassílabos regulares, ainda que – por insuficiência técnica do autor ou por lapsos tipográficos – sejam visíveis alguns desvios.

Nos 51 v. de que é formada a epístola, a maioria adopta o esquema acentual do heroico, mas há oito que são sáficos. Quanto à métrica, há vários casos normais de redução silábica, podendo servir de exemplo o v. 3, em que ocorre uma ectilipse, seguida de elisão:

A/ ti,/ que/ **co{m} um**/ go/ver/no/ pro/vi/den/te
1 2 3 4 5 **6** 7 8 9 **10**

Mas há também exemplos, como o do v. 37, em que a redução, não sendo impossível, seria muito pouco natural:

Nos/ a/cc{**u**}mu/lou/ de/ bens/, nos/ deu/ ven/tu/ras,
1 2 3 4 5 **6** 7 8 9 **10**

São também vários os casos de hipermetria, como acontece com o v. 15:

E/ nes/te/ mu/do/ fa/llar/, que/ tan/to ex/pri/me,
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

Neste caso, a correção seria fácil, consistindo numa alteração do determinante – substituíria-se o demonstrativo pelo artigo indefinido, o que permitiria obter um decassílabo heroico:

E/ **num**/ mu/do/ fa/llar/, que/ tan/to ex/pri/me,
1 2 3 4 5 **6** 7 8 9 **10**

Perante exemplos como este, subsiste a dúvida: a que se deve a falha? A descuido do autor ou a uma falha tipográfica? A segunda possibilidade parece mais difícil de explicar, tanto mais que não consta que tenha havido pedido de correção feito por Evaristo d’Almeida.

Situação contrária é a do v. 34, que tem 9 sílabas, falha que poderia ser corrigida através da introdução, no início, do artigo definido:

[O]/ Bas/tos/ i/mmor/tal,/ e/sse/ que/ sa/be

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sete anos mais tarde, em 1852⁵, José Evaristo d’Almeida publicaria em Lisboa, pela Imprensa Nacional, um folheto in-8.º de 8 páginas, contendo um poema intitulado “Epístola a ***”, que está mencionado no volume de *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português* (FONSECA, 1927, p. 233). Mais longo do que o anterior, este texto – que, tanto quanto julgo saber, nunca foi reeditado – está datado de Lisboa, 25 de fevereiro de 1852, e apresenta vários motivos de interesse: para além das referências e comentários sobre Cabo Verde, fornece algumas indicações biográficas que obrigam a rever o que tem sido escrito sobre a matéria.

Composto em decassílabo branco e estrofação irregular, o texto não tem particular interesse literário. Descreve um acontecimento público destinado a angariar fundos para a assistência à pobreza, promovido num espaço não nomeado mas que, sem grande dificuldade, podemos identificar como o Passeio Público de Lisboa.

Com efeito, podemos ler nos v. 63-64:

N’essas tres noites, em que um genio grande,
O Passeio fez abrir á caridade.

Imediatamente a seguir, o autor precisa o seu ponto de observação:

Quando, em pé no terraço onde subira,
Dominava, com a vista, o amplo espaço, (v. 65-66).

Ora estes dados coincidem com o que se sabe do Passeio Público de Lisboa. De criação pombalina, foi projetado em 1764 pelo engenheiro militar e arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, estendendo-se desde a atual Praça dos Restauradores até à Praça da Alegria. Embora tenha levado tempo a entrar no gosto dos lisboetas, que não estavam habituados a passear em jardins públicos, acabou por tornar-se, na segunda metade de oitocentos, o ponto de encontro da sociedade local e um espaço de intensa atividade social, onde eram realizadas festas, bailes e concertos. Para isso contribuíram os melhoramentos introduzidos em 1834, sob projeto do arquiteto Malaquias Ferreira Leal, que adaptou o Passeio ao gosto romântico. Júlio Dantas comenta assim o resultado das obras:

⁵ Não é pois correta a informação de Manuel Ferreira (ALMEIDA, 1989, p. 9), que dá a *Epístola* como publicada no mesmo ano em que saiu *O Escravo*. A indicação errónea surgira antes em MOSER / FERREIRA, 1983, p. 137.

A primeira coisa que fizeram foi arrasar-lhe os muros e substituí-los por um gradeamento de ferro interrompido de espaço a espaço por grossas pilastras de pedra. O velho jardim monacal tomou logo um ar moderno de *square* europeu. Depois, em vez da antiga cancela de quinta nobre, levantaram duas enormes portas de ferro, “mais seguras que a Bastilha”, como dizia Alexandre Herculano num artigo desalentado e triste do *Panorama*. O largo anterior à cancela, que primitivamente não estava compreendido nos muros, foi envolvido pela nova cinta de varões de ferro: o *Passeio Público* ficou por conseguinte mais extenso e menos abafado, mais inglês e menos solarengo, mais civilizado e menos conventual (DANTAS, 1966, p. 13).

Com a introdução, em 1848, da iluminação pública a gás na cidade de Lisboa, o Passeio, que fechava às 18h, passa a reabrir às 20h, com música e entradas pagas. Dentre uma gama diversificada de espetáculos e festejos, destacavam-se as festas de beneficência, que habitualmente ocorriam ao domingo e à quinta-feira, atraindo grande assistência, pelo fim caritativo que prosseguiam e pela qualidade dos entretenimentos que proporcionavam.

A frequência dessas festas chegou a motivar a crítica bem-humorada de Júlio César Machado na sua crónica de abril de 1864 publicada na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*:

Uns restos de Lisboa, gente que não foi ainda ou não vae este anno para o campo, tem entretido o seu ocio e o seu dinheiro todo este mez em ir aos beneficios do Passio Publico. É mais do que desagradavel, é verdadeiramente reprehensivel o abuso com que de um logradouro publico se arma constante rateoira aos tostões da familia portugueza! O inverno vae encontrar toda a gente arruinada, por causa das caritativas festas. (MACHADO, 1865, p. 273).

O poema de Evaristo d’Almeida refere-se precisamente a uma festa de beneficência, promovida por um indivíduo de apelido Guedes:

E tudo isto era obra d’um só homem!
De Guedes bemfazejo, que merece
Mil bençãos da pobreza, a quem soccorre,
Como se fôra da piedade o Nume! (v. 178-181)

Trata-se de José Isidoro Guedes, 1.º Visconde de Valmor, que foi deputado em várias legislaturas, par do Reino, membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e diretor de diversas instituições, como as Associações Comerciais do Porto e de Lisboa e o Asilo de Mendicidade (cf. ZUQUETE, 2000, Vol. III, p. 471 e PEREIRA, 2005, p. 373-6).

O primeiro aspeto dos festejos que Evaristo d’Almeida destaca diz respeito às iluminações:

Deleitava-se a vista contemplando
Os milhares de lumes multicôres;
Mas frouxos, de maneira a não tirarem,
Do ingente arvoredo, a magestade. (v. 70-73)

Um pouco mais à frente, o poeta refere outro aspeto da decoração do recinto:

Louvei a edea feliz, que collocára,
De modo a dominar todo o recinto,
Da caridade o pharol, brilhante Estrella!
Sustiam-na, do mundo, as quatro partes,
Sobre as quaes esparzia, engrinaldados,
As rosas, os jasmíns, as açucenas:
Essa Estrella brilhante, em si continha
De lumes.... talvez mil, que pareciam
Outros tantos pirópos, ali postos
Pela poderosa Mão da Providencia. (vv. 83-92)

José Evaristo fala ainda dos bazares, das senhoras que neles trabalhavam e da música “De Mozart, de Rossini, e de Maerbeer⁶” (v. 163), escutada com enlevo por seis mil pessoas (v. 169).

Com estes elementos, não é difícil identificar a festa que está na base da epístola: promovida por uma comissão encabeçada por José Isidoro Guedes com o objetivo de obter receitas para a ampliação do Asilo de Mendicidade de Lisboa, realizou-se no Passeio Público, nas noites de domingo, 31 de agosto de 1851, terça-feira, 2 de setembro, e quinta, 4. A iniciativa foi amplamente noticiada pelos periódicos da época. Na *Revista Popular*, por exemplo, podemos ler o comunicado da comissão promotora no n.º 32 (agosto de 1851, p. 326) e, no número seguinte (setembro de 1851, p. 334), um anúncio.

Quanto ao sucesso do divertimento, é bastante positiva uma primeira apreciação feita pelo redator da *Revista Universal Lisbonense*:

A função, se não igualou o que nos contam das festas parisienses, esteve luzida e apparatosa: o obelisco illuminado fez bom effeito, assim como toda a frontaria da cascata ao cabo da espaçosa rua central do Passeio; a profusão de balões de variegadas cores, suspensos em fiadas presas de arvore a arvore, as estatuas que sustentavam na cabeça cestos luminosos, em summa toda a ornamentação póde chamar-se brilhante, não porque resplandecia mas pelo bom gosto da collocação. (2.ª série, tomo IV, n.º 4, 4-IX-1851, p. 47)

Uma segunda notícia corrobora a impressão favorável:

Dissemos que esta festa era nova entre nós; porque um simulachro de illumination no Passeio, em a nossa primeira epocha constitucional, distou muito e muito da actual festa, segundo o testemunho ocular de pessoas mui capazes de estabelecerem a comparação: a disposição, o methodo, a ornamentação, os baazares, tudo agora foi absolutamente novo. – Com effeito, o espectador assim que se transpunha o espaço onde está collocado o grande tanque circular do Passeio sentia uma impressão deliciosa, que lhe enlevava os olhos e simultaneamente consolava a alma; a sensação physica era agradável pelo aspecto daquelles milhares de lumes convenientemente distribuidos e pelo matiz das côres, resplandecendo

⁶ Giacomo Meyerbeer (nascido Liebmann Beer) (*1791 †1864), compositor alemão.

entre a folhagem do arvoredado soturno áquela hora, pela variada harmonia das musicas, que tocavam alternadamente nas duas ultimas noites bem desempenhadas peças de musica, pelo giro continuo e encruzado dos concorrentes, e finalmente pelos lances de vista grandemente picturecos, tomados de alguns pontos, como por exemplo: desde o obelisco elevado ao meio da rua central até o topo e até á entrada do Passeio; da varanda superior á cascata; e nas ruas laterais aquella abobeda multicor e ondeante formada pelos pequenos balões. (*ibid.*, n.º 5, 11-IX-1851, p. 59).

A arrecadação de fundos, não tendo sido extraordinária, foi satisfatória, devido ao grande número de entradas vendidas: 3.317 na 1.ª noite, 5.415 na 2.ª e 6.879 na 3.ª (incluindo sempre os menores).

Cumprindo um papel próximo da crónica social, o poema de Evaristo d’Almeida tem pouco interesse literário, mas fornece-nos algumas informações importantes sobre a vida do autor. A primeira tem a ver com a sua permanência na metrópole em 1851, ano em que se realizou a festa, e em 1852, data da composição e da publicação do poema. Este dado é aliás corroborado pela circunstância de José Evaristo ser nesse período membro da Câmara dos Deputados, aspeto que, sendo embora conhecido, não mereceu ainda a atenção demorada dos que têm escrito sobre o autor de *O Escravo*⁷. Numa consulta rápida do *Diario da Camara dos Deputados*, pude apurar que Evaristo d’Almeida tomou assento como deputado na sessão de 8 de janeiro de 1850 (*Diario da Camara dos Deputados*. Vol. 1.º = Janeiro = 1850, p. 18), mantendo-se em funções pelo menos até 1852⁸, o que confirma portanto a sua presença na metrópole e em Lisboa no período que está em causa. Outro elemento biográfico que pude colher do seu processo parlamentar diz respeito à sua família: José Evaristo tinha filhos, devendo portanto ser casado, uma vez que, na sessão de 26-VI-1852, um seu colega, Justino de Freitas, participa à Câmara “(...) que o Sr. Evaristo de Almeida não compareceu á Sessão de hontem, e não comparecerá a mais algumas por grave molestia de seus filhos.” (*Diario da Camara dos Deputados*. Vol. 5.º = Junho = 1852, p. 347).

Aproveitando esta breve referência à atuação de José Evaristo d’Almeida como deputado, importa acrescentar que, na sua intervenção mais destacada, se colocou do lado menos *simpático* de uma importante batalha que sacudiu a sociedade portuguesa da época: na sessão de 22 de março de 1850 (*Diario da Camara dos Deputados*. Vol. 3.º = Março = 1850, p. 271-2), defende o projeto governamental de uma lei que visava reprimir os abusos da liberdade de imprensa. Apresentada a 1 de fevereiro desse ano, a proposta tinha gerado protestos imediatos, entre eles um manifesto público, datado de 18 do mesmo mês, subscrito por intelectuais como Alexandre Herculano, Almei-

⁷ Cf. CARVALHO, 1995, col. 159 e OLIVEIRA, 1998, p. 691. Mais recentemente, a atividade parlamentar de Evaristo d’Almeida nas legislaturas de 1848-51 e 1851-2 foi sucintamente apreciada por DÓRIA (2004, p. 143).

⁸ A última referência que encontrei ao seu nome ocorre na ata da sessão de 1-VII-1852. Cf. *Diario da Camara dos Deputados*. Vol. 6.º = Julho = 1852, p. 25.

da Garrett e Latino Coelho. Apesar disso, aquela que ficaria conhecida como “lei das rolhas” entraria em vigor a 3 de agosto, vindo a ter contudo uma vida efêmera: devido aos protestos, seria revogada a 22 de maio do ano seguinte.

Justificando a intervenção com a necessidade de explicar o seu sentido de voto, José Evaristo d’Almeida sustenta que as restrições à liberdade de imprensa são determinadas pelo bem maior da própria liberdade:

Ouvi a um dos illustres Deputados que me precedeu, chamar á Liberdade de Imprensa a casta filha da Liberdade; eu peço licença para adoptar a figura, porque a acho apropriada e exprime exactamente a idéa que ligo a uma semelhante instituição. A Imprensa, Sr. Presidente, em quanto se conserva dentro dos limites prescriptos a um conselheiro circumspecto, a um censor justo; em quanto propaga doutrinas que despertem o respeito á religião, o amor ás instituições liberaes, e a devoção ao trabalho; em quanto tracta de censurar o vicio, elogiá a virtude, promover a paz e a ordem; em quanto finalmente procurar não desmerecer o epitheto de honesta, é uma filha que sustenta aquella que lhe deu o ser, e cujo anniquillamento levaria necessariamente consigo a mesma liberdade: mas quando essa filha esquecendo preceitos que a propria conveniencia lhe aconselha, se revolta contra essa instituição sagrada a quem deve a existencia; quando ella promove a desordem provocando o Paiz á revolta, injuriando e calumniando os defensores dessa liberdade, pela qual deveria sempre pugnar, então o interesse da liberdade nos obriga a buscar os meios de pôr diques a esses desvarios, dos quaes ella póde tornar-se victima. (*Ibid.*)

Mais à frente, desmonta com inteligência e humor um dos argumentos da oposição:

Dizem alguns illustres Deputados, que passando o Projecto da maneira por que se acha, irá reduzir á indigencia os Escriptores Publicos; porque não abundando de meios pecuniarios os talentos no nosso Portugal, segue-se que não podendo fazer o deposito reclamado, ver-se-hão na dura necessidade de cessar de escrever, e por esse facto reduzidos á miseria; por quanto a maior parte tiram os meios de subsistencia unicamente de seus escriptos. Se este argumento, Sr. Presidente, aproveitasse para este caso, seria logico aquelle que produzisse a abolição das Leis que castigam o roubo, o contrabando, etc. porque individuos ha que tiram os meios de subsistencia unicamente dessa industria criminosa. (*Ibid.*, p. 272)

Voltando à Epístola de 1852 e às indicações biográficas nela contidas, devemos reparar na passagem em que o autor justifica a sua insuficiente mestria poética com a circunstância de “A mais bella porção da juventude” (v. 34) ter definhado “Nas africanas plagas (...)” (v. 33), impedindo-o assim de polir “(...) o engenho” (v. 37):

Tres lustros só contava, e já da Patria
Os beneficos ar's me não sorriam;
Nas africanas plagas definhava
A mais bella porção da juventude;
Por constante doença atormentado,
Via, em ocio, decrescer os bellos dias,
Que podéra aproveitar, pulindo o engenho;
Por fim que succedeu? O éstro altivo,
Que devêra aspirar a amplos vòos,
Finou-se, qual, de jardim, flor mimosa,

Que fôra pelo tempo maltratada,
Se do cultor a mão a não soccorre,
Sêcca mesmo em botão, não desabroxa. (v. 31-43)

A esta luz, José Evaristo d’Almeida terá ido para África – não necessariamente para Cabo Verde – com quinze anos, por razões de sobrevivência, sendo atingido por uma doença que não é explicitada. Mais à frente, a partir de uma taça de café tomada no botequim do Passeio Público, o autor evoca a sua vida em Cabo Verde, exprimindo simpatia e solidariedade para com o povo do arquipélago:

Fui ter ao botequim, a caridade
A minha entrada ali também pedia;
Reclamei de café pequena taça,
E, mal os lábios meus tocaram n’elle,
Logo o reconheci, como oriundo
D’ilhas de Cabo Verde, onde eu passára
Uns doz’annos de bem custosa vida;
Reconheci-o porque, se não tão forte,
Em aroma e sabor não cede ao moka.
O café me levou a edeas tristes:
Lembrei-me d’esse povo meigo e docil,
A quem, mais d’uma praga, o céu mandára;
Que luta com a peste, a fome e a sêcca;
Que precisa, tem jus á caridade!
El’, que não duvidára, em tempos prosp’ros,
Ás rochas marinhar, d’ali tirando,
Com risco de perder a própria vida,
A urzella, mordente valioso,
A qual deu á Nação quanto bastára
Para hoje o livrar de taes flagellos!
A experiencia, porém, lhe tem mostrado
Que, em Lysia, a caridade não s’extingue;
E, se um Governo paternal não póde,
Pagando a divida, extinguir os males,
Que pungem, apoquentam, mortificam
Um povo que tambem de Lysia é filho,
Estão cá muitas almas bemfazentes,
Que, ao primo aceno, correm pressurosas,
Offertando, com gosto, quanto podem,
E mandando-lhe, como já fizeram,
Com que se lhe minore o sofrimento.
Honra lhes seja por acção tão nobre. (v. 121-152)

Podemos começar por sublinhar a informação biográfica: a esta luz, Evaristo d’Almeida viveu – até 1852, data da Epístola –, doze anos em Cabo Verde, o que significa que contaria à época pelo menos 27 anos. O seu nascimento fica assim situado nunca depois de 1825, tornando-se improvável a hipótese que indica o seu falecimento já no século seguinte.

Mais importante contudo será notar o modo como o arquipélago é representado nesta passagem. Depois do elogio do café – produto que, alguns anos mais tarde, merece comentário i-

dêntico a Guilherme da Cunha Dantas, em *Memórias dum Pobre Rapaz* (DANTAS, 2007, *passim*) –, nota-se a expressão da estima para com o povo de Cabo Verde e a preocupação com um destino marcado por fatalidades como “a peste, a fome e a seca” (v. 133). Há também a referência a outro produto de grande importância na economia do arquipélago durante a primeira metade de oitocentos: a urzela, um musgo utilizado na tinturaria que será depois progressivamente substituído por corantes químicos. A passagem termina, num registo que parece denunciar a condição de deputado de Evaristo d’Almeida na época, com um comentário sobre o apoio e a solidariedade da metrópole, seja através do seu governo, seja através daquilo a que hoje chamaríamos a sociedade civil.

Para terminar a breve apreciação do poema, falta fazer uma referência aos numerosos problemas de versificação. Idênticas às que tínhamos observado no poema anterior, estas falhas parecem confirmar que José Evaristo, mais do que não ser um verdadeiro poeta, não é também um bom versificador.

Dos 253 versos de que se compõe a epístola, a larga maioria é do tipo heroico, havendo contudo 27 que seguem o modelo sáfico e quatro que são pentâmetros iâmbicos. Vejamos um exemplo desta última modalidade:

O/bje/ctos/ d’ar/te e/ gos/to, a/li/ le/va/dos

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Ao nível da métrica, há pelo menos quatro casos de versos hipermétricos, com 11 sílabas, podendo servir de exemplo o v. 69:

De/li/cio/sa/ sen/sa/ção/, que/ não/ s’ex/pri/me.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

São também vários os casos em que se impõe uma redução silábica, por vezes normal e aceitável, como no v. 44:

Co/mo/ pois/, qu{e}ri/as/ tu/ que eu/ a/ccei/ta/sse

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ou no v. 66:

Do/mi/na/va,/ **co{m} a/** vis/ta, o/ am/plo es/pa/ço,

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

mas noutros casos muito discutível, como se pode ver no v. 36:

Via, em/ o/cio/, de/cres/cer/ os/ be/llos/ di/as,

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para além da métrica, há também problemas com a acentuação de alguns versos. É o caso do v. 80, que, mesmo admitindo a sinérese no vocábulo inicial, é um falso heroico, dado que a 6.^a sílaba é muito branda:

Mo/**viam**/-se/, co/mo/ **que**/, pa/ra/ cha/ma/rem

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Para além das duas epístolas, há um terceiro poema – ou “fragmento”, como lhe chama o autor – de José Evaristo d’Almeida: refiro-me ao texto que faz parte da dedicatória a Henrique José de Oliveira do romance *O Escravo*:

Porém tu, Henrique meu,
Que tens no peito abrigado
Coração sómente dado
Aos escolhidos do Ceu;
Entender podes meu canto,
Por isso que sabes quanto
Minha alma soffre, e soffreu.

Contrariamente aos outros dois poemas, este apresenta uma estrofação regular (sétima), com rima (ABBACCA) e com um metro diferente, a redondilha maior. A anotação que se lhe segue – “Fragmento do auctor.” – indica que haveria um original mais longo que até hoje não terá sido encontrado e que importaria conhecer. Acrescente-se aliás que esta estrofe – e a dedicatória – não foi incluída na versão de *O Escravo* publicada pel’ *A Voz de Cabo Verde*, o mesmo tendo acontecido com a edição em livro preparada por Manuel Ferreira (ALMEIDA, 1989), como Manuel Veiga (1994, p. 106)⁹ já fez notar.

Concluindo este breve percurso pela poesia conhecida de José Evaristo d’Almeida, não

⁹ O autor transcreve o poema, mas com um ligeiro lapso: no v. 4, representa *Céu* com minúscula.

se pode dizer que seja imerecido o esquecimento a que tem estado votada. Contudo, se é inegável que o autor de *O Escravo* não passou de um sofrível versejador, a verdade é que esses textos revelam também um homem atento à realidade cabo-verdiana e, de algum modo, comprometido com o destino do arquipélago. O seu estudo poderá também servir para mostrar o muito que falta ainda fazer no que diz respeito à fase de formação da literatura de Cabo Verde: não haverá muitas mais descobertas a fazer – nenhum dos três poemas de Evaristo d’Almeida era verdadeiramente desconhecido –, mas continua a ser necessário muito trabalho de releitura e de contextualização.

Referências

ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de. “*O escravo*”: entre a identidade caboverdiana e a literatura europeia. Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009.

ALMEIDA, José Evaristo de. *O Escravo*. Linda-a-Velha: ALAC, 1989.

CARVALHO, Alberto. “José Evaristo de Almeida”. In AAVV. *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Verbo, 1995.

DANTAS, Guilherme da Cunha. *Memórias dum Pobre Rapaz*. Organização, prefácio e notas de Manuel Brito-Semedo. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007.

DANTAS, Júlio. “O Passeio Público”. In *Lisboa dos Nossos Avós*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1966.

Diário da Camara dos Deputados. 3.ª sessão ordinaria da 3.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional. Vol. 1.º = Janeiro = 1850. Vol. 3.º = Março = 1850. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

Diário da Camara dos Deputados. 1.ª sessão ordinaria da 4.ª legislatura depois da Restauração da Carta Constitucional. Vol. 5.º = Junho = 1852. Vol. 6.º = Julho = 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852.

DÓRIA, Luís. “José Evaristo de Almeida”. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

FONSECA, Martinho da. Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

MACHADO, Júlio César. “Chronica do Mez”. *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*. V, Abril de 1864 (Lisboa, 1865).

MOSER, Gerald / FERREIRA, Manuel. *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: IN-CM, 1983.

OLIVEIRA, João Nobre de. *A Imprensa Cabo-verdiana: 1920-1975*. Macau: Fundação de Macau, 1998.

PEREIRA, Zélia. “José Isidoro Guedes”. In MÓNICA, Maria Filomena (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005.

Revista Popular. Vol. IV, n.ºs 32 e 33, agosto e setembro de 1851 (Lisboa).

Revista Universal Lisbonense. 2.ª série, tomo IV, n.ºs 4 e 5, 4 e 11-IX-1851.

SILVA, Inocêncio Francisco da / ARANHA, Brito. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vols. V e XIII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860 e 1885.

VEIGA, Manuel. A propósito de “O primeiro romance caboverdiano”. In *A Sementeira*. Linda-a-Velha: ALAC, 1994.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Vols. II e III. Lisboa: Editora Enciclopédia, 2000.